



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO CONSELHEIRO ALGIR LORENZON



**Processo nº:** 0576-02.00/13-1  
**Natureza:** Contas de Governo  
**Órgão:** Executivo Municipal de Barra do Guarita  
**Responsáveis:** Cesar Tadeu Paier  
Jonas Magagnin  
**Procuradores:** Gladimir Chiele – OAB/RS nº 41.290 e outros  
**Exercício:** 2013  
**Data da Sessão:** 09-06-2015  
**Órgão Julgador:** Primeira Câmara  
**Relator:** Conselheiro Algir Lorenzon

**RECOMENDAÇÃO.**

Recomendação ao atual Gestor para que tome medidas efetivas visando a atingir plenamente as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

**APRECIÇÃO DAS CONTAS.**

A inconformidade apontada não chega a comprometer as Contas de Governo. Emissão de Parecer Favorável à sua aprovação.

Trata o presente processo das Contas de Governo dos Senhores **Cesar Tadeu Paier** (*Prefeito*) e **Jonas Magagnin** (*Vice-Prefeito*), responsáveis pelo Poder Executivo Municipal de **Barra do Guarita**, no exercício de 2013.

Constam, nos autos, os relatórios e informes produzidos pelas Supervisões (*fls. 221/227, 228/241, 316/317 e 338/342*), os esclarecimentos prestados pelo Senhor Cesar Tadeu Paier (*fls. 322/336*), por meio de um de seus procuradores (*advogado Gladimir Chiele – OAB/RS nº 41.290 – fl. 337*), desacompanhados de documentação, e a manifestação do Ministério Público junto a esta Corte de Contas, exarada por meio do Parecer MPC nº 02184/2015 (*fls. 343/349*), da lavra da Adjunta de Procurador Fernanda Ismael.

Cabe referir que o Senhor Jonas Magagnin (*Vice-Prefeito*) **não foi intimado** para prestar esclarecimentos em razão da inexistência de inconformidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Poder Executivo Municipal.



A Supervisão registrou a ausência de processos de Tomadas de Contas Especiais, de Inspeções Extraordinárias ou Especiais, em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame.

O aponte constante dos autos, que restou remanescente, é o que segue:

### **Do Relatório Complementar nº 41/2014 – SAM:**

**Item 1.1** (fls. 228/240 e 339/340) – O Município não oferece vagas universais em número suficiente na pré-escola para crianças na faixa etária de 4 e 5 anos, em infringência ao art. 208, I, da Constituição Federal. Também não foram disponibilizadas vagas em creche de modo a atender 50% da população com idade entre 0 e 3 anos, em infringência ao item 1.3.1 do Plano Nacional da Educação fixado pela Lei Federal nº 101.72/2001. Necessidade de apresentação de plano de ação que vise o aumento progressivo das vagas na educação infantil.

O processo foi submetido ao Ministério Público junto a esta Corte de Contas, que, em conclusão, manifestou-se nos seguintes termos (fls. 348/349):

*“1º) **Multa** ao Senhor **Cesar Tadeu Paier**, por infringência a normas constitucionais, com fundamento nos artigos 67 da Lei Estadual nº 11.424/2000 e 132 do RITCE.*

*2º) **Pelo atendimento** à Lei Complementar Federal nº 101/2000.*

*3º) **Parecer desfavorável** à aprovação das contas de governo do Senhor **Cesar Tadeu Paier** (Prefeito), Administrador do Executivo Municipal de **BARRA DO GUARITA**, no exercício de **2013**, com fundamento no artigo 3º da Resolução nº 414/1992.*

*4º) **Parecer favorável** à aprovação das contas de governo do Senhor **Jonas Magagnin** (Vice-Prefeito), Administrador do Executivo Municipal de **BARRA DO GUARITA**, no exercício de **2013**, com fundamento no artigo 5º da Resolução nº 414/1992.*

*5º) **Ciência** ao Procurador-Geral de Justiça e ao*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO CONSELHEIRO ALGIR LORENZON



*Procurador Regional Eleitoral, consoante o disposto no artigo 87 do Diploma Regimental.*

*6º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.”*

**É o relatório.**

**Voto.**

Com relação à inconformidade apontada nos autos, que diz com o não cumprimento das metas do Plano Nacional da Educação para a Educação Infantil, o Gestor alegou, entre outras situações, que muitas localidades rurais ficam distantes de seus distritos, dificultando o transporte escolar e aumentando a resistência que os pais têm em liberar os filhos para irem à escola.

Aduz que foram disponibilizadas vagas nas escolas estaduais e municipais, nas zonas rural e urbana, mas não houve demanda, dizendo que há oferta de espaços públicos, recursos humanos e materiais à disposição, porém, não há retorno da população.

Referente à Educação Infantil, diz que é necessária a construção de creche para que a oferta na Educação Infantil seja atendida, devido ao fato de que a rede municipal não dispõe de edificação apropriada à exigida no Plano Nacional de Educação.

Segundo a Supervisão, embora o Gestor tenha apresentado as razões para a não disponibilização do número de vagas necessário ao atendimento do ensino infantil, não houve apresentação de um Plano de Ação para o atendimento da educação infantil exigido pela legislação. Desse modo, opinou pela manutenção do aponte.

A propósito do tema, ressalto que os investimentos insuficientes na Educação Infantil não asseguram a prioridade dos direitos da criança e resultam em perdas de repasse do FUNDEB ao Município.

Nesse passo, deve ser encaminhada recomendação ao atual Administrador para a adoção de medidas efetivas visando a atingir plenamente as referidas metas.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO ALGIR LORENZON**



Contudo, pedindo vênica do entendimento esposado pela representante do *Parquet*, entendo que a falha apontada não chega a comprometer as Contas de Governo do Administrador e tampouco enseja a imposição de penalidade pecuniária.

Com esses fundamentos e acolhendo, em parte, o posicionamento da Agente Ministerial, **VOTO** para que esta Colenda Câmara decida nos seguintes termos:

a) pela emissão de **Parecer Favorável** à aprovação das Contas de Governo do Senhor **Cesar Tadeu Paier** (*Prefeito*) e **Jonas Magagnin** (*Vice-Prefeito*), Administradores do Executivo Municipal de **Barra do Guarita**, no exercício de 2013, com fundamento no artigo 5º da Resolução nº 414/92;

b) pela **recomendação** ao atual Gestor para que tome medidas efetivas visando a atingir plenamente as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação;

c) dar **ciência** da presente decisão aos Senhores **Cesar Tadeu Paier** e **Jonas Magagnin**;

d) após o trânsito em julgado, pelo **encaminhamento** do processo ao Poder Legislativo Municipal de **Barra do Guarita**, acompanhado do Parecer de que trata a letra “a” da decisão, para os fins legais.

**Conselheiro ALGIR LORENZON,**  
**Relator.**